







CARTILHA EDUCACIONAL PARA PREVENÇÃO DO *BULLYING* TRANSFÓBICO NA ESCOLA

Marclineide Nóbrega de Andrade Ramalho¹ 
Zailde Carvalho dos Santos¹ 
Izabel Cristina Brito da Silva² 
Danilo Martins Roque Pereira³ 
Mariana Mercês Mesquita Espíndola³ 
Ednaldo Cavalcante de Araújo³ 

¹Universidade Federal de Pernambuco, Núcleo de Enfermagem. Vitória de Santo Antão, Pernambuco, Brasil.

²Universidade Federal de Pernambuco, Hospital das Clínicas. Recife, Pernambuco, Brasil.

³Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Recife, Pernambuco, Brasil.

RESUMO

Objetivo: Descrever o processo de desenvolvimento, validação e avaliação de cartilha educacional para prevenção do *bullying* transfóbico na escola.

Método: Trata-se de um estudo metodológico, realizado no período de fevereiro a dezembro de 2022 em uma escola pública de João Pessoa, Paraíba, Brasil. A cartilha educacional foi desenvolvida de acordo com a trajetória metodológica proposta por Echer, e submetida à validação de conteúdo e avaliação semântica por juízes especialistas e professores do Ensino Fundamental II, respectivamente. Na análise dos dados, utilizaram-se os coeficientes de validade de conteúdo e correlação intraclasse, e o índice de concordância semântica.

Resultados: A cartilha educacional teve seu conteúdo validado com coeficiente de validade de 0,981 e coeficiente de correlação intraclasse de 0,833 para o conjunto de itens do instrumento de avaliação. Na avaliação semântica, os professores consideraram a cartilha compreensível, com nível de concordância mínima de 94%.

Conclusão: A cartilha desenvolvida foi considerada válida por juízes, para ser utilizada com professores, de forma individual e em ações de educação permanente ou em saúde, a fim de contribuir na prevenção do *bullying* transfóbico na escola.

DESCRITORES: Tecnologia Educacional. Pessoas Transgênero. Transfobia. *Bullying*. Violência de Gênero. Promoção da Saúde Escolar. Educação em Saúde. Enfermagem.

COMO CITAR: Ramalho MNA, Santos ZC, Silva ICB, Pereira DMR, Espíndola MMM, Araújo EC. Cartilha educacional para prevenção do *bullying* transfóbico na escola. Texto Contexto Enferm [Internet]. 2024 [acesso MÊS ANO DIA]; 33:e20230170. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2023-0170pt>

EDUCATIONAL BOOKLET FOR PREVENTING TRANSPHOBIC BULLYING AT SCHOOL

ABSTRACT

Objective: to describe the process of developing, validating and assessing an educational booklet to prevent transphobic bullying at school.

Method: this is a methodological study, carried out from February to December 2022 at a public school in João Pessoa, Paraíba, Brazil. The educational booklet was developed in accordance with the methodological trajectory proposed by Echer, and submitted to content validity and semantic assessment by expert judges and Elementary School II teachers, respectively. In data analysis, content validity and Intraclass Correlation Coefficients were used, in addition to semantic agreement index.

Results: the educational booklet had its content validated with a validity coefficient of 0.981 and an Intraclass Correlation Coefficient of 0.833 for the set of items in the assessment instrument. In semantic assessment, teachers considered the booklet understandable, with a minimum agreement level of 94%.

Conclusion: the booklet developed was considered valid by judges, to be used with teachers, individually and in continuing education or health actions, in order to contribute to preventing transphobic bullying at school.

DESCRIPTORS: Educational technology. Transgender persons. Transphobia. Bullying. Gender-based violence. School health services. Health education. Nursing.

CARTILLA EDUCATIVA PARA PREVENIR EL ACOSO TRANSFÓBICO EN LA ESCUELA

RESUMEN

Objetivo: describir el proceso de desarrollo, validación y evaluación de una cartilla educativa para prevenir el acoso escolar transfóbico.

Método: se trata de un estudio metodológico, realizado de febrero a diciembre de 2022 en una escuela pública de João Pessoa, Paraíba, Brazil. La cartilla educativa fue elaborada de acuerdo con la trayectoria metodológica propuesta por Echer, y sometida a validación de contenido y evaluación semántica por jueces expertos y docentes de la Escuela Primaria II, respectivamente. En el análisis de los datos, se utilizaron los coeficientes de validez de contenido y de correlación intraclase, y el índice de concordancia semántica.

Resultados: la cartilla educativa tuvo su contenido validado con un coeficiente de validez de 0,981 y un coeficiente de correlación intraclase de 0,833 para el conjunto de ítems del instrumento de evaluación. En la evaluación semántica, los docentes consideraron comprensible el cuadernillo, con un nivel mínimo de acuerdo del 94%.

Conclusión: la cartilla desarrollada fue considerada válida por los jueces, para ser utilizada con docentes, de manera individual y en acciones de educación continua o de salud, con el fin de contribuir a la prevención del acoso escolar transfóbico en la escuela.

DESCRIPTORES: Tecnología educacional. Personas transgénero. Transfobia. Acoso escolar. Violencia de género. Servicios de salud Escolar. Educación en salud. Enfermería.

INTRODUÇÃO

A transfobia é reflexo das relações de poder historicamente construídas e perpetuadas nas sociedades do mundo todo. O termo remete a diversos significados, entre eles, os comportamentos negativos de ódio, repulsa, indignação ou raiva em razão da transgeneridade. Tais comportamentos podem variar desde insultos verbais a agressões físicas e assassinatos¹⁻².

Na escola, a violência transfóbica muitas vezes se inicia na forma de *bullying* transfóbico, que abrange estudantes que não se enquadram nas normas e expectativas sociais para o gênero, a exemplo dos meninos afeminados ou das meninas “masculinas”, iniciando-se um ciclo de violência com tratamentos discriminatórios, ofensas, insinuações preconceituosas, agressões e constrangimento, dando uma sensação de poder/superioridade no cumprimento da cisnormatividade³.

Mundialmente, a experiência educacional de pessoas trans envolve contexto de abuso, exclusão institucional e *bullying* transfóbico. Na Colômbia, por exemplo, 92% das pessoas trans já sofreram *bullying* na escola, seguida pela Venezuela (78%), Filipinas (72%), Turquia (61%) e Sérvia (50%)⁴.

No nosso cenário, estudo com 120 famílias de crianças e adolescentes trans sobre suas vivências no sistema educacional brasileiro, mostrou que 93 dessas afirmaram que sua criança/adolescente já havia sido vítima de algum tipo de *bullying*⁵.

Em decorrência do preconceito de estudantes e professores, são geradas constantes situações de não reconhecimento do nome social durante a chamada, a indisponibilização ao banheiro/vestuário de acordo com a identidade de gênero, divisões binárias excludentes nas atividades físicas, e o cotidiano marcado por violência física, psicológica e negligência delinea a vivência escolar de pessoas trans como experiência marcada por dúvidas, exclusão e dor⁴.

Essas situações ocorrem porque a escola perpetua normas culturais hegemônicas que constituem a sociedade, a exemplo da forma como homens e mulheres devem construir seu gênero e expressar sua sexualidade como um padrão naturalizado e incorporado nas práticas educacionais, focando suas atividades no ensino e na aprendizagem⁶.

As consequências do *bullying* transfóbico para as vítimas incluem maior risco de sofrimentos mentais como baixa autoestima, ansiedade, e depressão, podendo chegar a desenvolverem automutilação e comportamentos suicidas. Além disso, elas também estão mais propensas a desistir da escola ou faltar às aulas e ter um desempenho acadêmico inferior aos estudantes cisgênero⁵.

No Brasil, a Educação Básica é um direito conferido a todo cidadão mediante a Constituição Federal e que deve ser atendido de acordo com as demandas de interesse dos alunos com vistas à democracia e inclusão social⁷.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para educação básica estão as competências que devem ser devolvidas ao longo das etapas, o que inclui a valorização da diversidade sem preconceitos de qualquer natureza, e em 2018 foi promulgada a Lei nº 13.663 que incumbe às escolas de promoverem medidas de combate ao *bullying* e estímulo à Cultura de Paz⁷.

Nesse sentido, o papel do professor não é mais unicamente contribuir com a aprendizagem do aluno, mas também estimular o desenvolvimento de competências e habilidades de maneira articulada para construção de conhecimentos e formação de atitudes e valores⁷. Contudo, estudo brasileiro desenvolvido com professores do Ensino Fundamental de João Pessoa, na Paraíba, revelou que eles não se sentiam preparados para abordar sobre o assunto da transgeneridade e do *bullying* transfóbico na escola⁸.

O enfrentamento às vulnerabilidades que permeiam o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes trans encontra na escola um espaço privilegiado para a associação da educação e da saúde, sobretudo na Educação Básica da rede pública de ensino. É fundamental que os profissionais da saúde voltem seu olhar para a prevenção do *bullying* transfóbico e desenvolvam ações de

educação em saúde para o esclarecimento e sensibilização de professores, a fim de promover o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes trans, por meio de um processo educativo que contribua com a saúde mental e minimize as desigualdades nessa população. Nesse sentido, o enfermeiro assume um papel relevante no desenvolvimento de ações educativas em saúde no âmbito da atenção primária, especialmente no cenário escolar, em intervenções de promoção da saúde⁹.

As tecnologias educacionais são ferramentas que auxiliam as práticas de educação em saúde pela enfermagem, o que inclui o cenário escolar, e são importantes recursos que podem ser usados para aumentar o nível de conhecimento, bem como mudar atitudes e comportamentos relativos a um determinado objeto¹⁰.

Esclarecer e sensibilizar professores com a implementação de tecnologias educacionais para prevenção do *bullying* transfóbico na escola permite que eles sejam agentes multiplicadores da mudança de comportamento de outros professores, estudantes e funcionários, possibilitando transformar comportamentos de exclusão e violência cometidos contra estudantes trans por meio de ações baseadas na Cultura de Paz¹¹.

Dessa maneira, reconhece-se a importância de adotar a Cultura de Paz como eixo estruturante das orientações contidas na tecnologia educacional deste estudo por se tratar de um referencial que valoriza o diálogo e a não violência para a prevenção e resolução dos conflitos que envolvem estudantes trans¹¹. Diante disso, este estudo teve como objetivo descrever o processo de desenvolvimento, validação e avaliação de cartilha educacional para prevenção do *bullying* transfóbico na escola.

MÉTODO

Estudo metodológico com desenvolvimento de cartilha educacional, validação de conteúdo e avaliação semântica, realizado no período de fevereiro a dezembro de 2022 em João Pessoa, Paraíba, Brasil. A pesquisa fundamentou-se no referencial teórico da Cultura de Paz¹⁰, a fim de apresentar orientações pautadas nos princípios da não violência e do diálogo como eixo condutor na mediação de conflitos que envolvam estudantes trans.

A escolha da tecnologia educacional ocorreu por meio de entrevistas individuais realizadas com 12 professores do Ensino Fundamental II de uma escola pública municipal de João Pessoa, Paraíba, realizadas entre novembro de 2021 e fevereiro de 2022. Fez-se também o diagnóstico do conhecimento, experiências e atitudes relativas ao *bullying* transfóbico para direcionar o conteúdo da cartilha.

Para isso, utilizou-se um roteiro semiestruturado com as questões a seguir. Fale o que você entende por identidade de gênero e transgeneridade. Se você já teve alguma experiência na escola com aluno trans, fale com foi. O que você faria se presenciasse um estudante trans sofrendo *bullying* transfóbico? O que você acha que pode fazer para prevenir o *bullying* transfóbico na escola? O que você sabe sobre a implementação da Cultura de Paz na escola? Na sua opinião, que tipo de tecnologia seria mais adequada para orientar e sensibilizar os professores sobre o *bullying* transfóbico, e o que você acha que ela tem que ter em termos de conteúdo?

Para o desenvolvimento da cartilha, foi utilizada a trajetória metodológica proposta por Echer¹² que delinea a construção de manuais, e consistiu-se de sete etapas: submissão do projeto a um Comitê de Ética em Pesquisa; busca de literatura especializada; adequação das informações da literatura para o público-alvo; escolha das informações relevantes; ilustração do conteúdo selecionado; validação de conteúdo por profissionais especialistas no tema e por especialistas em desenvolvimento de Material Educativo Impresso (MEI); e avaliação pelo público-alvo.

A seleção do conteúdo da cartilha se deu a partir da análise das falas dos professores, em seguida, houve busca por materiais educativos sobre as temáticas Diversidade Sexual e de Gênero (DSG), *bullying*, e Cultura de Paz (CP) disponíveis na Internet na forma de manuais, cartilhas e documentos oficiais, além de livros e artigos científicos nas áreas em questão. Assim, foi construído

um roteiro contendo os tópicos identificados como relevantes tanto na literatura consultada, como nas falas dos professores entrevistados. Após a seleção do conteúdo, iniciou-se a elaboração textual da cartilha. Para isso, seguiram-se as recomendações para comunicação escrita em MEI¹², em relação à linguagem, ilustração e *layout*. Foi feita a adequação da linguagem da literatura, onde observou-se o uso do melhor vocabulário para facilitar a compreensão pelo público alvo¹³.

As ilustrações e diagramação foram feitas por *designer* gráfico profissional experiente no desenvolvimento de cartilhas, que avaliou o roteiro feito pela pesquisadora para definição do escopo e, posteriormente, definiram-se as ilustrações por meio de esboços e colorização no *software* Illustrator CC. Em seguida, realizaram-se o projeto gráfico e a diagramação das páginas, com a inclusão das ilustrações no Corel Draw 2020.

Após seu desenvolvimento, a cartilha foi submetida à validação de conteúdo por juízes especialistas em DSG, CP e no desenvolvimento de MEI, selecionados de acordo com os critérios Fehring¹⁴. Para definição do número de juízes em DSG optou-se por cálculo amostral baseado em estudo anterior¹⁵. Utilizou-se a fórmula $n = (Z\alpha)^2 \cdot P(1-P)/d^2$, onde “n” representa o número de especialistas, “Z” equivale ao nível de significância desejado, “P” indica a proporção mínima de especialistas a considerar o item/instrumento adequado e “d” equivale ao grau de precisão da estimativa. Aplicando a proporção de 85% de aceitação entre os juízes e intervalo de confiança de 95%, resultou em 22 juízes. No entanto, adotou-se um número ímpar de juízes para evitar questionamentos ambíguos¹⁶. Foi considerada a proporção de um profissional especialista em CP e um com experiência no desenvolvimento de MEI para cada 10 profissionais especialistas em DSG¹⁷. Assim, a amostra foi constituída de 27 juízes, sendo 23 juízes em DSG, dois em CP e dois no desenvolvimento de MEI.

A amostra se formou intencionalmente, por bola de neve, a partir da indicação de membros do grupo de pesquisa “Educação em Saúde Integral, Gênero e Diversidade nos Cenários do Cuidado de Enfermagem”, da Universidade Federal de Pernambuco, e posterior consulta ao currículo Lattes para confirmação da expertise conforme critérios estabelecidos¹⁴. Assim, os primeiros especialistas indicaram outros para a composição do banco de especialistas convidados a participar.

Os indicados foram contactados pelos seus endereços eletrônicos, enviando-se carta-convite, *link* para preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em formato eletrônico do Google Forms®, versão digital da cartilha em pdf e formulário de avaliação também em formato eletrônico do Google Forms®, adaptado de estudo anterior¹⁸ Tal instrumento, de caráter autoaplicativo, foi composto de 18 itens divididos em três dimensões: objetivos; estrutura/apresentação; e relevância. Ele compreende escala do tipo Likert com três opções de resposta (discordo, concordo parcialmente, e concordo totalmente), e com espaço para comentários e/ou sugestões. Estabeleceu-se o prazo de 10 dias para o retorno da avaliação, estendido mais 10 dias para os participantes que não atenderam ao prazo inicial, tendo sido excluídos os que não enviaram no novo período estipulado.

O banco de dados foi transportado do Microsoft Excel® para o *software* Stata versão 16.0. Calculou-se o coeficiente de validade de conteúdo para cada item¹⁹. Para tanto, as notas dos juízes foram utilizadas para calcular as médias das notas de cada item (Mx). O CVC inicial (CVCi) foi determinado a partir da fórmula: $CVCi = Mx/Vmax$, onde Vmax representa o maior valor que o item pode alcançar. Calculou-se, ainda, o erro de polarização dos juízes (Pei) para descontar possíveis vieses dos juízes para cada item, por meio da fórmula: $Pei = (1/J)^J$, onde J representa o número de juízes incluídos no estudo. Com isso, considerou-se como CVC final (CVCc): $CVCc = CVCi - Pei$.

Para verificar se a proporção de concordância dos itens da cartilha alcançou o ponto de corte estabelecido, de 80%, baseado no nível de significância de 5%, calculou-se o teste binomial. Para análise da concordância entre os juízes, calculou-se o coeficiente de correlação intraclassa para o conjunto total de itens, e para as dimensões objetivos, estrutura/apresentação, e relevância, com intervalo de confiança de 95%.

Após a análise dos dados, a cartilha foi alterada conforme as mudanças propostas pelos juízes, e a segunda versão foi submetida à avaliação semântica. Esse tipo de avaliação deve ser realizado com um grupo de seis a 20 sujeitos¹⁶, neste caso, incluindo intencionalmente 10 professores que participaram do diagnóstico prévio. Assim, além de averiguar a compreensão satisfatória da cartilha pelo público-alvo e se esta compreensão viabiliza seu uso¹⁶, os professores puderam avaliar também se a cartilha atendeu às sugestões apresentadas por eles anteriormente.

Os professores já haviam sido informados da participação na avaliação semântica no momento do diagnóstico. Para tanto, estabeleceu-se contato via aplicativo de mensagem WhatsApp®, onde enviou-se a cartilha digital em formato pdf e o *link* com o formulário de avaliação autoaplicativa em formato eletrônico do Google Forms®, adaptado *Suitability Assessment of Materials* (SAM), composto de 29 itens que avaliam as dimensões objetivo, organização, linguagem, aparência, motivação e adequação cultural, com respostas apresentadas numa escala Likert com cinco notas (1- discordo totalmente; 2- discordo; 3- neutro; 4- concordo; 5- concordo totalmente), e com espaço para comentários e/ou sugestões²⁰.

Calculou-se o índice de concordância semântica, considerando concordância mínima de 80% para as respostas concordo e concordo totalmente²¹. Após a incorporação das sugestões do público-alvo, foi elaborada a versão final da cartilha educacional sobre *bullying* transfóbico em estudantes trans, tendo sido submetida a correção gramatical e ortográfica por profissional formado em letras e, em seguida, realizados os ajustes textuais para impressão da mesma. A versão final da cartilha está disponível em formatos digital e impresso.

RESULTADOS

A versão final da cartilha é composta de 36 páginas, estruturada em parte externa (capa e contracapa) e parte interna (elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais). A ficha técnica e o sumário constituem os elementos pré-textuais, e as referências, os pós-textuais. A Figura 1 mostra os elementos textuais que contemplam o conteúdo da cartilha, agrupado em 23 domínios que abordam as temáticas da DSG, *bullying* transfóbico e CP.

A ilustração principal da parte externa da cartilha, mostrada na Figura 2, evidencia os envolvidos em uma situação de *bullying* transfóbico, com três personagens que representam a vítima, o agressor e a testemunha. Outras ilustrações aparecem nas margens da capa, e também representam o fenômeno de modos diferentes. Utilizaram-se as cores da bandeira do orgulho trans ao longo do material como forma de homenagear essa população.

Na validação de conteúdo, quatro (14,8%) juízes declararam-se como transgênero e os demais (85,2%), como cisgênero. Participaram 14 (51,8%) juízes do Estado de Pernambuco, quatro (14,81%) da Paraíba, três (11,1%) de São Paulo e, dos demais (Bahia, Alagoas, Ceará, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), participou um (3,7%) juiz de cada estado. Dos juízes participantes, 16 (59,3%) eram enfermeiros; quatro, (14,8%) psicólogos; dois (7,4%), pedagogos; dois (7,4%), assistentes sociais; e os demais profissionais (antropólogo, letrólogo e médico) com um (3,7%) participante cada. Destes, 16 (59,2%) possuíam título de doutor, oito (29,6%), de mestre, e os demais eram especialistas. Quanto à atividade profissional, 18 (66,7%) atuavam na área acadêmica e possuíam experiência em pesquisa e ensino na área de interesse (DSG, CP ou MEI) e nove (33,3%) atuavam na assistência em serviços de saúde ou instituições de apoio à população trans.

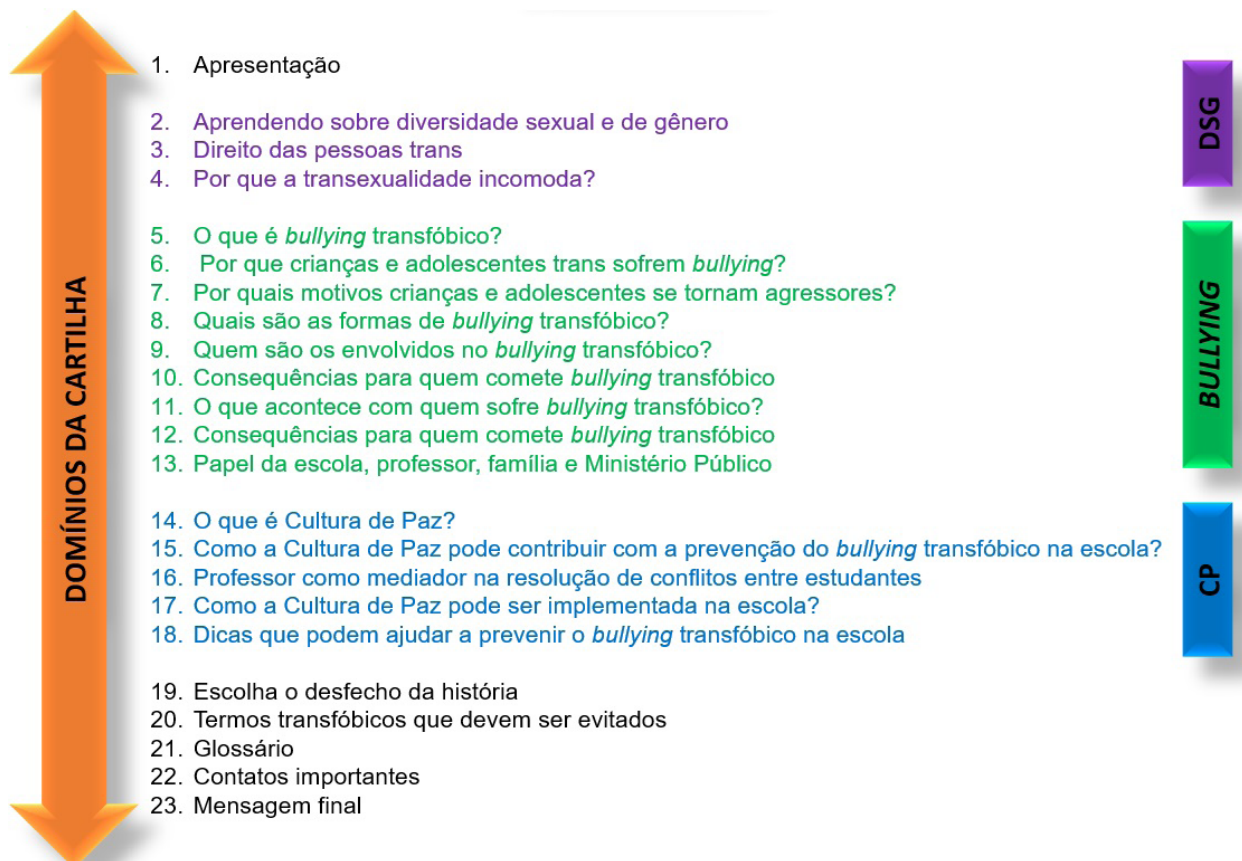


Figura 1 – Domínios que constituem o conteúdo da cartilha educacional sobre *bullying* transfóbico. João Pessoa, Paraíba, Brasil, 2022.

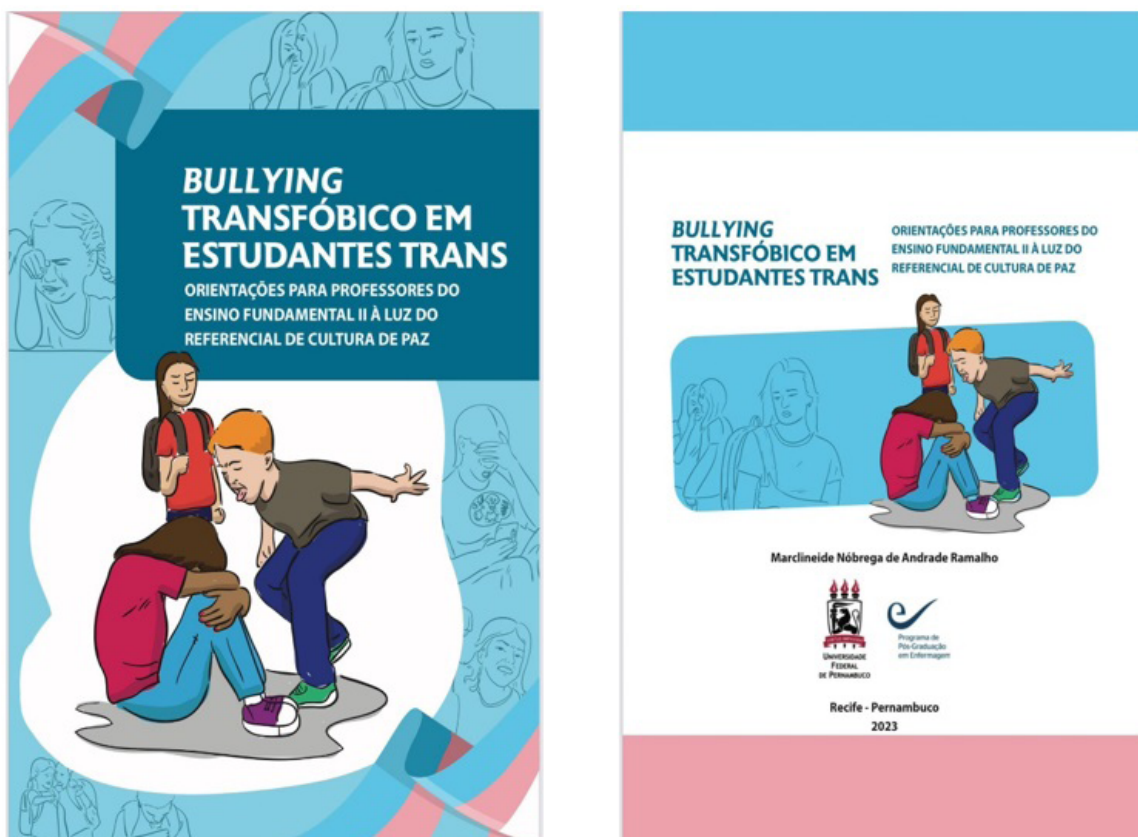


Figura 2 – Parte externa da cartilha educacional sobre *bullying* transfóbico (capa e contracapa). João Pessoa, Paraíba, Brasil, 2022

Na dimensão “objetivos”, o coeficiente de validade de conteúdo foi de 0,972 e para os itens variou entre 0,938 e 0,987. Na dimensão “estrutura e apresentação”, o coeficiente de validade de conteúdo foi de 0,982, e variou entre 0,938 e 1,0 para os itens. Na dimensão “relevância”, o coeficiente de validade de conteúdo dos itens variou entre 0,987 e 1,0, e foi de 0,991 para a dimensão. O coeficiente de validade de conteúdo para o conjunto de itens foi de 0,981 (Tabela 1). Tais achados representam a validação do conteúdo da cartilha educacional quanto aos objetivos, à estrutura e apresentação, e à relevância.

Tabela 1 – Coeficiente de validade de conteúdo dos itens, dimensões e conjunto de itens. João Pessoa/PB, Brasil, 2022. (n=27)

Item	CVCC*
Objetivo da cartilha	0,972
1. A cartilha contempla o tema proposto.	0,987
2. A cartilha é adequada ao processo de ensino-aprendizagem.	0,975
3. A cartilha esclarece dúvidas sobre o tema abordado.	0,975
4. A cartilha esclarece dúvidas sobre o tema abordado.	0,987
5. A cartilha incentiva mudança de comportamento.	0,938
Estrutura e apresentação da cartilha	0,982
6. A cartilha apresenta linguagem adequada ao público-alvo.	0,975
7. A cartilha apresenta linguagem apropriada ao material educativo.	0,975
8. A cartilha apresenta linguagem interativa, permitindo envolvimento ativo no processo educativo.	0,987
9. As informações da cartilha estão corretas.	0,938
10. As informações da cartilha são objetivas.	0,987
11. As informações da cartilha são esclarecedoras.	0,975
12. As informações da cartilha são necessárias.	1,0
13. A cartilha apresenta sequência lógica das ideias.	0,987
14. A cartilha apresenta tema atual.	1,0
15. A cartilha apresenta tamanho do texto adequado.	1,0
Relevância da cartilha	0,991
16. A cartilha estimula o aprendizado.	1,0
17. A cartilha contribui para o conhecimento na área.	0,987
18. A cartilha desperta o interesse pelo tema.	0,987
Conjunto de itens	0,981

*CVCC=Coeficiente de Validade de Conteúdo.

As sugestões de correções e acréscimos textuais foram acatadas para conferir ao material completude de informações. Alterou-se apenas uma ilustração no domínio “escolha o desfecho da história”, que mostrava a personagem enforcada, sendo substituída por uma lápide, tendo em vista que a imagem anterior poderia provocar emoções negativas de estímulo ao suicídio. As sugestões de utilizar linguagem neutra, incluir a palavra “manual” no título da cartilha, desenvolver gamificação para fixação da aprendizagem, substituição do termo “*bullying* transfóbico” por “transfobia” e professores por “profissionais da educação” não foram acatadas por não contemplarem os objetivos do estudo.

O coeficiente de correlação intraclasse das dimensões e do conjunto de itens, expressado na Tabela 2, indica concordância satisfatória entre os juízes incluídos no processo de validação de conteúdo.

Tabela 2 – Coeficiente de correlação intraclasse entre juízes especialistas quanto às dimensões e conjunto de itens. João Pessoa/PB, Brasil, 2023. (n=27)

Dimensões	CCI*	IC95% [†]	Valor de p
Objetivos	0,794	0,479;0,861	<0,001
Estrutura e apresentação	0,816	0,415;0,908	<0,001
Relevância	0,872	0,535;0,949	<0,001
Conjunto de itens	0,833	0,582;0,926	<0,001

* Coeficiente de Correlação Intraclasse. [†] Intervalo de Confiança a 95%.

Na avaliação semântica, dos 29 itens avaliados, 13 obtiveram grau máximo de concordância semântica (Tabela 3). O item “A escrita está em estilo adequado” recebeu nota mínima por um avaliador e, por isso, apresentou o menor índice de concordância semântica entre os professores incluídos neste estudo. Contudo, não foi apresentada sugestão de modificações para o item. As dimensões “Objetivos”, “Organização”, “Linguagem”, “Aparência”, “Motivação” e “Adequação Cultural” apresentaram índice de concordância semântica que variou entre 0,90 e 0,96. Nenhum item teve avaliação inferior a 0,80. A única sugestão apresentada nesta etapa foi a introdução do contato da Gerência Executiva de Diversidade e Inclusão do Estado da Paraíba – GEDI, no domínio “contatos importantes”, sendo a mesma acatada.

Tabela 3 – Grau de concordância semântica entre os professores. João Pessoa/PB, Brasil, 2023. (n=10)

Item	Índice de concordância semântica
Objetivos	0,93
Atende aos objetivos dos professores quanto à prevenção do <i>bullying</i> transfóbico na escola.	0,90
A cartilha poderá ajudar na prevenção do <i>bullying</i> transfóbico.	1,0
É capaz de promover reflexão sobre a prevenção do <i>bullying</i> transfóbico.	1,0
Organização	0,93
A capa da cartilha está atraente e indica o conteúdo do material.	0,90
O tamanho do título e dos conteúdos nos tópicos está adequado.	1,0
Os tópicos apresentam uma sequência lógica.	0,90
Há coerência entre as informações da capa, apresentação, sumário e conteúdo da cartilha.	0,90
O número de páginas está adequado.	0,90
Os temas retratam aspectos-chave importantes.	1,0
Linguagem	0,91
A escrita está em estilo adequado.	0,80
O texto é vívido e interessante.	0,90
O vocabulário é acessível.	0,90
Todos os conceitos importantes são abordados de forma clara e objetiva.	1,0
Há associação entre o tema de cada sessão e o texto correspondente.	1,0
O texto está claro.	0,90
Aparência	0,96
As ilustrações são simples.	1,0

Tabela 3 – Cont.

Item	Índice de concordância semântica
As páginas ou sessões parecem organizadas.	1,0
O número de figuras é suficiente.	1,0
As figuras correspondem aos conteúdos ilustrados.	1,0
As figuras são autoexplicativas.	0,90
As figuras são provocadoras de perguntas sobre a temática.	0,90
Motivação	0,94
A cartilha é apropriada para a sua idade e cultura.	0,90
A cartilha apresenta lógica.	0,90
A cartilha desperta interesse e curiosidade.	0,90
A cartilha aborda os assuntos necessários para os professores.	1,0
As informações contidas na cartilha são importantes para a prevenção do <i>bullying</i> transfóbico na escola.	1,0
A cartilha propõe adquirir conhecimento para a prevenção do <i>bullying</i> transfóbico na escola.	1,0
A interação é convidada pelo texto, o leitor é estimulado a discutir problemas e soluções, a cartilha sugere ações.	0,90
Adequação cultural	0,90
Após a leitura da cartilha, você a indicaria para professores do Ensino Fundamental II, considerando os contextos socioeconômico e cultural da população?	0,90
Conjunto de itens	0,94

DISCUSSÃO

A cartilha educacional desenvolvida constitui uma inovação tecnológica diante da evidência científica de incipiência em tecnologias educacionais voltadas para o enfrentamento do *bullying* transfóbico na escola²². Ela conta com direcionamentos para condução e prevenção de casos de *bullying* transfóbico a partir do referencial da Cultura de Paz. Informações sobre a realidade vivenciada por pessoas trans são apresentadas com o objetivo de sensibilizar os professores ao acolhimento e inclusão dessa população, para que ela tenha o direito à educação formal garantido. Assim, o conteúdo da cartilha possui informações que perpassam a necessidade da compreensão dos conceitos relacionados à identidade de gênero, dos direitos e da vivência de estudantes trans no contexto escolar, o que inclui o conceito de *bullying* transfóbico.

A inovação deve-se também ao fato de o conteúdo ter sido direcionado a partir de entrevistas individuais com professores do Ensino Fundamental II, configurando um desenvolvimento participativo, ou seja, houve a contribuição de representantes do público-alvo a quem se destina a cartilha, tanto no diagnóstico do conhecimento, experiências e atitudes relativas ao *bullying* transfóbico, como na avaliação semântica do material. Essa modalidade de pesquisa metodológica possibilita a negociação de saberes e experiências entre pesquisadores, profissionais e usuários²¹.

Além da inovação, a cartilha desenvolvida apresenta relevância social, uma vez que ela atende aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), e tem estreita relação com os objetivos 4, 10 e 16, que versam sobre o acesso à educação inclusiva, redução das desigualdades, e promoção de sociedades pacíficas, respectivamente²³.

No Brasil, alguns materiais educativos no formato de cartilha sobre a temática Diversidade Sexual e de Gênero foram produzidas por órgãos e associações de apoio à população LGBTQIAP+. Elas são

direcionadas, em sua maioria, à própria comunidade, com o intuito de esclarecer sobre seus direitos, proteção em casos de violência, e produção de informações, uma vez que os dados sobre orientação sexual e identidade de gênero são negligenciados nos principais sistemas de informação nacional²⁴⁻²⁵.

É importante que materiais educativos para professores apresentem um referencial teórico para nortear as orientações a esse público. Nesse sentido, educar para a não violência no contexto das diferenças é fundamental, uma vez que perpassa o aprendizado das responsabilidades e dos direitos, o respeito às diferenças e similaridades, a cooperação, o diálogo e a compreensão intercultural, a promoção de valores e atitudes de não violência¹¹.

Enfatiza-se a importância do professor como mediador de conflitos no contexto escolar, como forma de colaborar com a amenização dos problemas e desigualdades sociais²⁶. Destacam-se, então, as desigualdades causadas pelos *bullying* transfóbico em estudantes trans, o que exige do professor conhecimento e sensibilidade para tratar sobre o assunto. Assim, para o desenvolvimento de uma tecnologia educacional para professores do Ensino Fundamental II, que possuem uma identidade majoritariamente cisgênero, é fundamental que seu conteúdo e linguagem sejam apropriados, a fim de alcançar os resultados esperados.

A cartilha educacional inova também ao validar com juízes da saúde, educação, ciências sociais e humanas, com expertise em Diversidade Sexual e de Gênero, e/ou Cultura de Paz, e/ou no desenvolvimento de Material Educativo Impresso, proporcionando maior confiabilidade na adequação da tecnologia para o público-alvo, visto que a pluralidade profissional é fundamental no aperfeiçoamento do recurso²⁷.

Vários estudos que elaboraram cartilhas realizaram a validação de conteúdo por juízes especialistas no assunto por se tratar de uma etapa essencial para a construção de materiais educativos, que visa o aperfeiçoamento do material a partir das análises e sugestões dos especialistas^{26,27,28,29}.

A validação de conteúdo de materiais educativos eleva a possibilidade de sucesso na sua utilização durante a prática pois a probabilidade de possuírem conteúdo correto, didático e compreensível são maiores²⁹. Nesse sentido, a cartilha é um recurso que permite seu uso sem necessidade de mediação, e oferece autonomia, podendo ser empregada também de forma mediada por profissionais da educação ou da saúde, como guia em intervenções educativas no cenário escolar. Portanto, é um recurso útil para a formação e capacitação de professores¹⁰.

A cartilha foi validada na primeira rodada com valores satisfatórios de CVC para as dimensões “Objetivos” (0,972), “Estrutura e Apresentação” (0,982) e “Relevância” (0,991), e para o conjunto de itens (0,981), em consonância com o mínimo recomendado para considerá-los válidos¹⁹.

Para que os materiais educativos não possuam informações equivocadas ou incompletas, a avaliação dos itens referentes ao objetivo, estrutura/apresentação e relevância se faz necessária no processo de validação de conteúdo para não induzir a população-alvo ao erro ou dificultar o entendimento da temática²⁷. O coeficiente de correlação intraclasse das dimensões variou entre 0,794 e 0,872, o que indica concordância satisfatória entre os juízes incluídos no processo de validação de conteúdo¹⁹.

As respostas ao instrumento de coleta de dados destinado ao público-alvo mostraram que a cartilha foi considerada adequada para uso com professores dos anos finais do Ensino Fundamental, uma vez que todos os itens apresentaram índice de concordância semântica superior a 0,80²¹. Estudo que realizou avaliação semântica de cartilha educativa sobre prevenção de quedas com pacientes hospitalizados obteve concordância que variou entre 0,90 e 1,0 para os itens do SAM e com 0,98 para o conjunto de itens²⁷.

Outra etapa importante na construção de materiais educativos é a aprovação pelo público-alvo onde devem ser consideradas as sugestões dadas de forma coerente, mesmo quando o conteúdo se encontra numericamente aprovado por especialistas²⁷. As evidências revelam recursos educacionais

compreensíveis e atrativos caracterizam-se como alternativa de sensibilização do público a quem se destina o material⁹.

O vocabulário da cartilha sobre *bullying* transfóbico é coerente com a mensagem que se pretende transmitir aos professores do Ensino Fundamental II. Empregaram-se palavras curtas, de formação simples e conhecidas pelo público-alvo a fim de garantir a legibilidade e a compreensão do texto da cartilha e para facilitar a leitura, tornando-a convidativa e compreensível¹³. Os conceitos e ações foram apresentados em ordem lógicas com a repetição de palavras importantes e a articulação de frases¹³.

Vale ressaltar que a cartilha educacional não foi construída apenas com intuito de utilização direta pelos professores durante suas atividades dentro e fora de sala de aula, uma vez que estes poderão consultar o material sempre que tiverem interesse, mas também como guia na realização de capacitação e/ou atividades de educação em saúde com estes profissionais, a fim de contribuir com a prevenção do *bullying* transfóbico. Nesse sentido, o processo educativo bem-sucedido perpassa pela articulação intersetorial educação-saúde, visando à proteção e à saúde mental de crianças e adolescentes trans, como forma de garantir o acesso e a permanência destes na educação formal a que têm direito.

Deve-se, sobretudo, considerar o papel estratégico do professor quando se fala de promoção da saúde de crianças e adolescentes trans. Em razão disso, recomenda-se que os profissionais que trabalham na educação em saúde envolvam os professores e construam tecnologias educacionais em diversas temáticas, pensando nesses atores⁷.

As práticas de educação em saúde com o uso de tecnologias educativas impressas do tipo cartilha facilitam o processo educativo e oferecem informação relevante e de qualidade para o êxito da ação proposta³⁰.

A utilização de materiais educativos impressos durante o processo de educação em saúde favorece a compreensão das orientações pela organização das informações e presença de ilustrações^{27,29}. Dentre estes materiais impressos, destaca-se a cartilha como recurso útil e viável para a descrição de assuntos relacionados à diversidade sexual e de gênero e ao *bullying* transfóbico, pela praticidade e facilidade de aplicação no contexto escolar onde o enfermeiro é um agente ativo na promoção de ações de educação em saúde⁹. Portanto, a implementação dessas ações no âmbito escolar são fundamentais para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes trans.

A aceitação da cartilha pelos professores do Ensino Fundamental II reitera e desperta a necessidade de ampliação do olhar educativo direcionado para esse público sobre a diversidade de gênero na escola, tendo em vista a deficiência na formação pedagógica dos docentes para a abordagem dessa temática, a fragilidade quanto à composição curricular sobre o assunto, e o debate e a atenção ainda precários no cenário escolar⁶.

Acredita-se que, com o uso da cartilha, os professores se sentirão mais estimulados a aprender sobre a temática e, com isso, adotarão atitudes menos preconceituosas que poderão influenciar positivamente na resolução de conflitos que envolvam o *bullying* transfóbico na escola. Espera-se que estudos de intervenção utilizando a cartilha sejam desenvolvidos com os professores, e que o uso de recursos educacionais para prevenção do *bullying* transfóbico seja cada vez mais encorajado.

Apresentam-se, como limitações do estudo, o fato de a cartilha ter sido disponibilizada para avaliação dos juízes e dos professores em formato digital, em arquivo pdf, o que possivelmente pode ter comprometido a avaliação de aspectos relacionados à impressão do material, e o fato de ter sido avaliada apenas por professores do Ensino Fundamental II do ensino público municipal, podendo divergir de professores de outras realidades, como é o caso de professores de outras etapas da educação básica, de escolas privadas e de escolas prisionais.

CONCLUSÃO

A interlocução dos saberes científicos em diálogo com os saberes prévios e demandas dos professores do Ensino Fundamental II pautaram o desenvolvimento, validação de conteúdo e avaliação semântica de uma cartilha educacional sobre a prevenção do *bullying* transfóbico. Essa proposta buscou em todas as etapas do desenvolvimento do material priorizar o comprometimento com o público-alvo.

A cartilha educacional “*Bullying* transfóbico em estudantes trans”, voltada para professores do Ensino Fundamental II, configura-se como uma tecnologia educacional inovadora, com relevância social, válida e confiável, em termos de conteúdo para o ensino sobre a prevenção do *bullying* transfóbico. A fundamentação com o referencial da Cultura de Paz permitiu o desenvolvimento de uma tecnologia educacional que estimula a resolução de conflitos de forma pacífica e dialógica. Com isso, os professores, ao utilizarem o recurso, poderão se sentir mais preparados para o desenvolvimento das competências gerais para a educação básica, e para fazer o acolhimento necessário a crianças e adolescentes trans, a fim de que tenham sua identidade reconhecida, respeitada e valorizada.

A cartilha é um recurso auxiliar na capacitação de professores, podendo ser empregada de forma autônoma ou mediada, em ações de educação permanente por profissionais da educação, ou em ações de educação em saúde por enfermeiros escolares ou profissionais que atuem na atenção primária por meio do Programa de Saúde na Escola, a fim de promover esclarecimento para o desenvolvimento de atitudes que visem à proteção de crianças e adolescentes trans e prevenção do *bullying* transfóbico. Destaca-se, ainda, a possibilidade de uso da cartilha educacional no meio acadêmico para contribuir na formação de novos profissionais, bem como em atividades de extensão no contexto escolar.

Sugere-se, contudo, a avaliação semântica da cartilha com professores de outras etapas da educação básica, e de outras realidades, como é o caso de escolas privadas e escolas prisionais, além da realização de estudos experimentais com a aplicação da cartilha em questão, para verificar seu efeito com os professores e comparação com outros recursos pedagógicos.

REFERÊNCIAS

1. Menkin D, Flores DD. Transgender students: Advocacy, care, and support opportunities for school nurses. *NASN School Nurse* [Internet]. 2019 [acesso 2022 Dez 10];34(3):173-7. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1942602X18801938>
2. Reis PSO, Neves ALM, Therense M, Honorato EJS, Teixeira E. Veiled transphobia: Meanings produced by nurses on the reception of travestis and transgender. *Rev Fund Care Online* [Internet]. 2021 [acesso 2022 Dez 10];13:80-5. Disponível em: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.rpcf.v13.7488>
3. Brito S, Carneiro NS, Nogueira C. Playing Gender(s): The re/construction of a suspect “gender identity” trough play. *Ethnogr Educ* [Internet]. 2021 [acesso 2022 Dez 10];16(4):384-401. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17457823.2021.1922927>
4. Fedorko B, Berredo L. O círculo vicioso da violência: Pessoas trans e gênero-diversas, migração e trabalho sexual. *Transgender Europe* [Internet]. 2017 [acesso 2022 Dez 10];19:24. Disponível em: <https://transrespect.org/wp-content/uploads/2018/01/TvT-PS-Vol19-2017.pdf>
5. Nunes T. Pesquisa sobre vivências reais de crianças e adolescentes transgêneres dentro do sistema educacional brasileiro. Curitiba, PR(BR): IBDSEX; 2021 [acesso 2022 Dez 10]. 142 p. Disponível em: <https://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2021/12/eBook-Completo-0912-FINAL.pdf>

6. Soares ZP, Monteiro SS. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: Possibilidades e desafios. *Educ Rev [Internet]*. 2019 [acesso 2022 Dez 10];35(73):287-305. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.61432>
7. Silva CSF, Brancaloni APL, Oliveira RR. Base nacional comum curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações. *Rev Ibero-Am Estudos Educ [Internet]*. 2019 [acesso 2022 Dez 10];14(2):1538-55. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.2.12051>
8. Silva FV, Jales RD, Pereira IL, Almeida LR, Nogueira JA, Almeida AS. Childhood transgenderity under the perspective of elementary school teachers. *Rev Lat Am Enfermagem [Internet]*. 2021 [acesso 2023 Out 5];29:e3459. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.3792.3459>
9. Souza VP, Perrelli JGA, Brandão Neto W, Pereira MBFLO, Guedes TG, Monteiro EMLM. Elaboration and validation of an educational video for the prevention of sexual violence in adolescents. *Texto Contexto Enferm [Internet]*. 2022 [acesso 2023 Jan 22];31:e20210171. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2021-0171pt>
10. Loureiro F, Sousa L, Antunes V. Use of digital educational technologies among nursing students and teachers: An exploratory study. *J Pers Med [Internet]*. 2021 [acesso 2023 Jan 22];11(10):1010. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/jpm11101010>
11. Diskin L, Roizman LG. Paz como se faz? Semeando cultura de paz nas escolas. Brasília, DF(BR): UNESCO; 2021 [acesso 2022 Dez 10]. 232 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379604>
12. Echer IC. The development of handbooks of health care guidelines. *Rev Latino-am Enferm [Internet]*. 2005 [acesso 2020 Mar 18];13(5):754-7. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692005000500022>
13. Moreira MF, Nóbrega MML, Silva MIT. Comunicação escrita: Contribuição para a elaboração de material educativo em saúde. *Rev Bras Enferm [Internet]*. 2003 [acesso 2020 Mar 18];56(2):184-8. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672003000200015>
14. Fehring RJ. The ferling model. In: Carrol-Johnson RM, Paquete M, editors. *Classification of nursing diagnosis: Proceedings of the conference of North American Nursing Diagnosis Association*. Philadelphia, PA(US): Lippincott; 1994. p. 0-00.
15. Lopes MVO, Silva VM, Araujo TL. Validation of nursing diagnosis: Challenges and alternatives. *Rev Bras Enferm [Internet]*. 2013 [acesso 2021 Abr 12];66(5):649-55. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672013000500002>
16. Alexandre NMC, Coluci MZO. Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. *Ciênc Saúde Colet [Internet]*. 2011 [acesso 2021 Abr 12];16(7):3061-8. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000800006>
17. Rubio DM, Ber-Weger M, Tebb SS, Lee ES, Rauch S. Objectifying content validity: Conducting a content validity study in social work research. *Soc Work Res [Internet]*. 2003 [acesso 2021 Abr 12];27(2):94-111. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/swr/27.2.94>
18. Leite SS, Áfio ACE, Carvalho LV, Silva JM, Almeida PC, Pagliuca LMF. Construction and validation of an Educational Content Validation Instrument in Health. *Rev Bras Enferm [Internet]*. 2018 [acesso 2021 Maio 20];71(4):1635-41. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0648>
19. Pasquali L. *Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas*. Porto Alegre, RS(BR): Artmed; 2010.
20. Doak CC, Doak GL, Root J. *Teaching patients with low literacy skill*. 2nd ed. Philadelphia, PA(US): Lippincott; 1996.
21. Teixeira E. *Desenvolvimento de tecnologias cuidativo-educacionais*. Porto Alegre, RS(BR): Moriá; 2020.

22. Ramalho MNA, Silva LLSB, Abreu PD, Sousa JC, Brito IC, Araújo EC. Experiências e ações de enfrentamento a transfobia no contexto escolar. *Inter J Develop Res* [Internet]. 2022 [acesso 2023 Fev 15];12(6):56772-7. Disponível em: <https://doi.org/10.37118/ijdr.24642.06.2022>
23. Nassi-Caió L. Strategies for editors to contribute for the achievement of the Sustainable Development Goals by 2030. *Rev Lat Am Enfermagem* [Internet]. 2023 [acesso 2023 Out 5];31:e4059. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.0000.4059>
24. Benevides BG. O que fazer em caso de violência LGBTIfóbica: Cartilha de orientações à população LGBTI no combate a LGBTIfobia. Rio de Janeiro, RJ(BR): ANTRA; 2020 [acesso 2023 Fev 15]. 33 p. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/03/cartilha-lgbtifobia.pdf>
25. Reis T, Cazal S. Manual de educação LGBTI+. Curitiba, PR(BR): IBDSEX; 2021 [acesso 2023 Fev 15]. 200 p. Disponível em: <https://aliancalgbti.org.br/wp-content/uploads/2023/05/Manual-Educacao-LGBTI.pdf>
26. Ximenes MAM, Fontenele NAO, Bastos IB, Macedo TS, Galindo Neto NM, Barros LM. Construction and validation of educational booklet content for fall prevention in hospitals. *Acta Paul Enferm* [Internet]. 2019 [acesso 2022 Out 15];32(4):433-41. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0194201900059>
27. Lima ACMACC, Chaves AF, Oliveira MG, Nobre MS, Rodrigues EO, Silva ACQ, et al. Construction and validation of educational booklet for breastfeeding support room. *Rev Min Enferm* [Internet]. 2020 [acesso 2022 Out 15];24:e1315. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1415-2762.20200052>
28. Mello NC, Góes FGB, Pereira-Ávila FMV, Moraes JRMMM, Silva LF, Silva MA. Construction and validation of an educational booklet for mobile devices on breastfeeding. *Texto Contexto Enferm* [Internet]. 2020 [acesso 2023 Jan 20];29:e20180492. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2018-0492>
29. Roquini GR, Avelar NRN, Santos TR, Oliveira MRA de C, Galindo Neto NM, Sousa MRMGC, et al. Construção e validação de cartilha educativa para promoção da adesão a antidiabéticos orais. *Cogitare Enferm* [Internet]. 2021 [acesso 2022 Jan 20];26:e80659. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/ce.v26i0.80659>
30. Portugal LBA, Christovam BP, Almeida BLO da S. Construção e validação de cartilha educativa para enfermeiros sobre lesões por pressão. *Invest, Soc Desenvol* [Internet]. 2021 [acesso 2022 Jan 20];10(3):e3810312926. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i3.12926>

NOTAS

ORIGEM DO ARTIGO

Extraído da tese – Cartilha educacional sobre *bullying* transfóbico no preconceito à diversidade de gênero de professores do Ensino Fundamental II, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, da Universidade Federal de Pernambuco, em 2023.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção do estudo: Ramalho MNA, Araújo EC.

Coleta de dados: Ramalho MNA, Araújo EC.

Análise e interpretação dos dados: Ramalho MNA, Araújo EC.

Discussão dos resultados: Ramalho MNA, Araújo EC.

Redação e/ou revisão crítica do conteúdo: Ramalho MNA, Santos ZC, Silva ICB, Pereira DMR, Espíndola MMM, Araújo EC.

Revisão e aprovação final da versão final: Ramalho MNA, Santos ZC, Silva ICB, Pereira DMR, Espíndola MMM, Araújo EC.

AGRADECIMENTO

Aos profissionais especialistas e aos professores do Ensino Fundamental II que contribuíram com a validação de conteúdo e avaliação semântica da cartilha educacional, respectivamente.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco, parecer n. 6.155.886/2023, Certificado de Apresentação para Apreciação Ética 41092620.5.0000.5208.

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflito de interesses.

EDITORES

Editores Associados: Luciana Fabiane Sebold, Maria Lígia Bellaguarda.

Editor-chefe: Elisiane Lorenzini.

HISTÓRICO

Recebido: 13 de julho de 2023.

Aprovado: 17 de outubro de 2023.

AUTOR CORRESPONDENTE

Marclineide Nóbrega de Andrade Ramalho.

marclineide.andrade@ufpe.br

